A Primeira Cruzada e o Reino de Jerusalém: novas perspectivas historiográficas

THIAGO DE SOUZA RIBEIRO CHAVES[*]

Para entendermos bem o reino de Jerusalém, sobretudo sua história, é necessário compreendermos a mentalidade, ou ideologia, como diz Joshua Prawer, na qual ele está mergulhado. Mentalidade essa que é, na realidade, bastante complexa. É por essa razão que o reino de Jerusalém era um Estado tão específico, uma vez que encontrava seu sentido no espírito das Cruzadas. Assim sendo, já podemos, sem grandes dificuldades, enxergar os problemas teóricos desse estudo, dessa compreensão. Todo o movimento das cruzadas é muito debatido, e diversos pontos de vista estabeleceram-se na historiografia, levando a calorosas discussões entre os especialistas.

Que o objetivo declarado da primeira Cruzada era de tomar Jerusalém das mãos dos infiéis e de vingar as crueldades que impunham aos peregrinos cristãos é pouco controverso. O historiador francês Jean Richard expõe isso com a clareza que pede a análise:

> *Eis, então, a substância da convocação do papa [Urbano II]: levar a ajuda militar de que necessitavam os cristãos de terras bizantinas, liberar o Santo Sepulcro, restaurando-se o reino do Cristo, e concedendo indulgência plenária ligada à visita desse mesmo Santo Sepulcro.*[1]*(RICHARD, 1996)*

O que faz Richard é simplesmente enxugar as longas narrações e reconstituições que são feitas pelos cronistas sobre o discurso feito pelo papa ao final do Concílio de Clermont, em 27 de novembro de 1095, que, apesar das divergências e aproximações, guardam a mesma essência essência. Vários movimentos filosóficos, e inclusive

[*] Mestrando em História Medieval na Universidade Paris-Sorbonne (Paris IV).

[1] Tradução livre.

historiográficos, levaram os estudiosos a criticar esse objetivo explícito para a época, procurando nele segundas intenções. Se esse fenômeno é muito natural na História, pouco importa o assunto ou o período, ele se torna muito mais forte quando se trata da Igreja ou de qualquer outra temática religiosa. Dito isto, pode-se compreender que uma redefinição dos objetivos das Cruzadas implica, diretamente, uma redefinição do sentido dos reinos latinos do Oriente. Ora, se procuramos com avidez e incompreensão as origens das Cruzadas e os argumentos que poderiam colocar em marcha tão árdua milhares de homens, o objetivo e o meio eram bem claros: tomar o Santo Sepulcro, tomar a Terra Santa, pela força das armas e com a segurança da remissão dos pecados que a recém criada indulgência plenária assegurava aos peregrinos. Nota-se, portanto, que a ideia de Cruzada não se desvincula, de modo algum, de Jerusalém. A partir do momento, então, em que se reinterpreta a Cruzada, se reinterpreta o sentido que se dá à Terra Santa e, por conseguinte, ao Reino de Jerusalém.

É por isso que, neste trabalho, levaremos uma análise em três momentos: um comentário sobre a historiografia relativa às Cruzadas; uma análise da historiografia do porquê fundar um Estado latino no Oriente; e, finalmente, em conclusão, um debate sobre a importância de tal historiografia.

Como entender as Cruzadas?

Assim começa a História Anônima da Primeira Cruzada:

> *Como já se aproximava o termo em que o Senhor Jesus anuncia cada dia a seus fiéis, especialmente no Evangelho, onde ele diz: "Se alguém quiser vir depois de mim, que renuncie a si mesmo, tome a sua cruz e me siga", formou-se um grande movimento (...), a fim de que qualquer um, de coração e espírito puros, que desejasse seguir o Senhor com zelo e quisesse carregar fielmente sua cruz depois dele, não tardasse a pegar com pressa o caminho do Santo Sepulcro*[2]*. (BREHIER, 1964)*

[2] Tradução livre.

E continua o autor:

> *Com efeito, o chefe apostólico da sé de Roma, Urbano II, (...) começou a proferir discursos e sermões sutis, dizendo que quem quisesse salvar sua alma não devia hesitar a pegar humildemente o caminho do Senhor e que, se esses lhe faltassem, a misericórdia divina os providenciaria.*[3] *(BREHIER, 1964)*

Eis a explicação suficiente para justificar essa longa peregrinação e essa grande empresa que levava a Igreja Católica. O autor dessa crônica não era o único a enxergar a Cruzada dessa forma e a fazer propaganda dela. Todos os cronistas – assim como os demais indivíduos desta sociedade – estavam imersos nesse mesmo espírito, e o sentimento religioso parecia-lhes suficientemente forte para justificar a cruzada. Como não temos por objetivo extenuar a historiografia a esse respeito, mas apenas compreender seus grandes momentos, tomaremos essa crônica anônima como exemplo desse primeiro "movimento" historiográfico das cruzadas. Não exageramos ao fazê-lo se nos lembramos, ainda que vagamente, do que nos conta Albert d'Aix, Raymon d'Aguillers, Robert o Monge, Foucher de Chartres e, mesmo, Guilherme de Tyr, que escreve quase oitenta anos depois do Concílio de Clermont. Nesse momento, é necessário notar, como fez Jacques Heers[4], que o elemento religioso está sempre presente nas crônicas. Aliás, é ele que se destaca nos textos, e toda a narrativa se fundamenta nele. Isso quer dizer, portanto, que ele respondia às preocupações e necessidades daquelas pessoas. E esse foi um aspecto da sociedade medieval negligenciado por certas correntes não só historiográficas, como também das demais Ciências Sociais.

Assim, de maneira geral, a partir do momento em que a religião começou a perder seu poder de elucidação e até de credibilidade, elementos de outras naturezas se impuseram como justificativas sociais. Esse é um processo que todas as áreas de conhecimento viveram, um processo de laicisação do próprio conhecimento e do seu

[3] Tradução livre.

[4] Em: HEERS, Jacques. *Libérer Jerusalém – Histoire de la premiere croisade – 1095-1107.* Paris: Perrin, 1995.

método investigativo, surgido a partir do século XVIII, amadurecido no XIX e muito difundido no XX, e a História aí não é especial. O problema mais curioso nesse sentido é que houve a tentativa de retirar a dimensão religiosa justamente de uma temática estritamente religiosa de início e com pretensões declaradas também totalmente religiosas, conferindo-lhe outras razões de existir, que foram, por exemplo, políticas, econômicas ou demográficas. A Cruzada era – afirmamos isso apoiando-nos em Heers – um questão de religião. Historiadores como o já citado Heers, Claude Chen, Joshua Prawer, Hans Mayer ou Jean Richard, por exemplo, já fizeram longas análises em que essas outras razões de existir, como dissemos acima, eram desconstruídas. O que resta, finalmente, de solidez documental é o elemento religioso. Substituindo-se as motivações religiosas por qualquer outra, se está subestimando uma esfera social muito importante para a época. Dizendo de outra maneira, comete-se o maior crime em História: o anacronismo, um dos recentes aprendizados que a História adquiriu a partir do momento em que se sentou nos bancos da escola da Antropologia. Não é porque a religião atualmente no Ocidente justifica muito pouco – apesar de todos os esforços do papado – , que outrora fora parecido.

Toda a influência marxista comprova isso. A partir da total negação da religião e da grande importância dada às macroestruturas econômicas, as Cruzadas se justificavam pela descoberta de novas rotas comerciais no Oriente ou por "imperativos demográficos"[5] (HEERS, 1995) teses muito difundidas, sobretudo pelos manuais (inclusive escolares) dos anos 80 e 90, para as quais o dinheiro pode explicar tudo o que torna tudo verdadeiramente explicável por interesses econômicos. Entretanto estudos mais recentes mostram que o comércio com o Oriente Médio já era realizado por mercadores italianos antes de 1095, e não se podem considerar as Cruzadas como uma política de controle populacional.

Outros historiadores argumentam que a Cruzada era apenas um confronto militar entre Ocidente e Oriente. Jean Flori sub intitula seu livro sobre a primeira Cruzada como "O Ocidente cristão contra o Islã" e afirma que a peregrinação armada foi a forma

[5] Tradução livre.

escolhida de se empreender a guerra santa para a qual as mentalidades do século XI já estavam preparadas[6]. Alain Demurger rebate:

> *Em Clermont, Urbano II definiu um objetivo religioso, não um objetivo militar. A guerra, a violência serão apenas os meios. Libertar os Lugares Santos é uma campanha, uma ofensiva cristã contra o Islã? Não, e houve engano, de um lado como de outro, de se apresentar a cruzada como um grande confronto entre Cristandade e Islã, ainda menos, como escreveu René Grousset, como uma fase da luta da Europa contra a Ásia"*[7]*.(DEMURGER, 1998)*

Nesse mesmo excerto, o célebre historiador das cruzadas, René Grousset, cuja obra ainda é, como o reconhece Jean Richard, incontornável àqueles que se dedicam ao estudo das Cruzadas ou do Oriente Latino, é criticado por um de seus colegas. Sem dúvida, seu texto é muito carregado pelos preconceitos do início do século, época na qual o chamado neocolonialismo europeu ainda representava a glória e o poderio de um país. Nesse sentido, não podemos esquecer que os principais participantes da primeira Cruzada eram francos. Há, pois, na obra de Grousset a manifestação de um orgulho e uma tentativa de enriquecimento da identidade nacional francesa. Jean-Charles Herbin está de acordo com Demurger: "Não se pode então, não mais, reduzir as cruzadas a simples expedições guerreiras"[8] (HERBIN, 2009).

Segundo Jacques Heers, que analisou e rejeitou várias dessas análises, o verdadeiro motor e o verdadeiro objetivo da primeira Cruzada é a fé do homem medieval: "O que eles dizem, sem cessar e sem reticência alguma, é a vontade de viver sua fé, de se colocar em serviço do Cristo"[9] (HEERS, 1995). Contrariamente à tendência do século XX, o que pode até parecer paradoxal, essa tese é sustentada por um certo número de historiadores atuais, que devolvem valor ao sentimento religioso às

[6] Em: FLORI, Jean. *La premiere croisade – L'Occident chrétien contre l'Islam*. Éditions Complexe, 2001.

[7] Tradução livre.

[8] Tradução livre.

[9] Tradução livre.

pessoas de outrora. É o que faz Claude Cahen, Joshua Prawer ou o já citado Jean Richard. Esses historiadores, inclusive, se demovem aos poucos do objetivo alucinado de antigamente de se encontrar os reais motivos e inspirações para as Cruzadas. O discurso do papa Urbano II jamais foi encontrado, se é que há algum registro escrito dele, sendo inclusive cogitado, o que é o mais verossímil aliás, que ele tenha surgido de improviso. Uma tal peregrinação para Jerusalém não constava nos objetivos iniciais do concílio de Clermont, muito preocupado com a Igreja da França. Apesar da insistência de Urbano em outras ocasiões pela Cruzada, ele não participa dela e fica no Ocidente, calando-se em relação a novos objetivos, tanto ela estava presa aos aspectos religiosos que a motivaram. O que nos resta como fonte são crônicas que nos relatam a euforia de todos com as palavras papais, a emoção e o fervor religioso que tomaram conta daquelas pessoas. Não podemos, portanto, confiar nas narrativas de que dispomos como se elas nos transmitissem a realidade exata da pregação em Clermont; tampouco podemos desconsiderá-las em absoluto e desafiar-nos a encontrar fora de nossas fontes os pretensos *reais* motivos da convocação à Cruzada. O que se consegue apreender, então, é simplesmente, sua essência, como já destacou Richard. Heers, portanto, é prudente ao se fixar no aspecto religioso, e a tendência historiográfica contemporânea é essa.

Cahen desconstrói as grandes hipóteses consagradas (a real ajuda ao Império Bizantino, os verdadeiros riscos que corria, o estabelecimento dos Estados fatimida e turco no Oriente Médio, a islamização da região, a situação dos cristãos nesse território, as ameaças que corriam os peregrinos, a explosão demográfica ocidental, a trégua e a paz de Deus, e outras), mas tem muita dificuldade de propor uma outra perspectiva, se é que o faz. Prawer, que procede como Cahen, assume uma posição moderada, mas correta. Segundo ele, o Ocidente reunia um conjunto de fatores que permitiu a realização das cruzadas. Podemos dizer, então, que houve um encontro entre esse conjunto de fatores e o chamado do papa, muito preocupado que estava com a conduta dos cristãos francos, que os afastava da vida evangélica. Esse encontro canalizou a realidade social do século XI no movimento da primeira Cruzada. Ousamos mais. A cruzada é a grande manifestação da mentalidade e da sociedade da Idade Média central. Apesar de um relaxamento em relação aos reais motivos da cruzada, relativamente resolvido pela historiografia atual, esta última concentra-se, agora, na figura de Urbano

II, inquirindo quais eram as suas intenções com a pregação de Clermont e, principalmente, o que o teria motivado a fazê-lo, reflexão também extremamente delicada.

Para concluirmos essa primeira parte, citamos Prawer, que faz um resumo interessante do movimento historiográfico sobre as cruzadas:

> *Mais do que a qualquer outro fenômeno da Idade Média, conferiu-se às cruzadas e à história dos Estados latinos uma significação 'atual'. Ora, essa 'atualidade' mudou ao longo das gerações. No século XVII, ela é, na França, o desejo de dotar o país de uma gloriosa tradição militar; no final do século XVIII, o de oprimir a Igreja denunciando sua atividade e seu fanatismo; no início do século XIX, as cruzadas se tornam uma fonte de inspiração para o movimento romântico na literatura e na história e alimentam um sentimento de nostalgia pã-cristã; na metade do século XIX, a historiografia inscreve as cruzadas como prólogo da expansão européia de além-mar; no final do século XIX e começo do XX, elas ilustram o alargamento do horizonte humano, e constituem o primeiro elo da corrente das relações econômicas e culturais esticada através do mundo*[10]*. (PRAWER, 2007)*

Esse rápido voo de águia sobre a historiografia das cruzadas nos mostra a complexidade dos escritos e dos estudos sobre esse fenômeno e nos revela uma certeza da teoria da História: toda história é uma história do presente.

[10] Tradução livre.

Como entender a fundação do Reino de Jerusalém?

A conquista de Jerusalém era, sem dúvida alguma, o principal objetivo explícito da cruzada. Entretanto, nenhuma decisão *a priori* tinha sido tomada. Alain Demurger fala sobre isso:

> *Acontece que com esse objetivo* [a conquista de Jerusalém] *uma vez atingido, um novo problema se apresentava: o que fazer dos territórios conquistados? O que fazer de Jerusalém? Nem Urbano II, nem os cruzados tinham preparado soluções.*[11] *(DEMURGER, 1998)*

É bem verdade que esses nobres partiram para a Terra Santa com o objetivo de expulsar ou submeter os muçulmanos daquela região, mas não havia nenhuma determinação do que deveria ser feito de Jerusalém após isso. Na ausência de qualquer orientação da Santa Sé, os barões procederam segundo seus costumes guerreiros: tomaram posse das cidades e dos territórios conquistados, estabelecendo-se aí senhorios latinos, como foi feito em Antioquia, cujo senhor era Boemundo de Taranto; e com Edessa, cujo senhor era Balduíno de Bolonha. Com Jerusalém tentou-se fazer parecido, mas a situação era mais delicada, uma vez que se tratava da Terra Santa. Portanto, havia a necessidade de se garantir a segurança e a proteção do Santo Sepulcro, e, para tanto, era necessária a eleição de um líder. Godofredo de Bulhão foi, então, eleito *Advocatus Sancti Sepulchri*, Protetor do Santo Sepulcro, enquanto se consultava Roma, segundo a narrativa de Foulcher de Chartres.

Ademais, as crônicas nos dizem que os barões deram preferência à eleição do soberano à do patriarca, apesar da vontade de alguns membros da Igreja, o que indica uma participação insignificante da Igreja nas discussões sobre o que fazer de Jerusalém. Essa tese vai de encontro àquela, também muito em voga na historiografia tradicional, de que a Igreja procurava fazer da Jerusalém uma outra cidade eclesiástica, como Roma,

[11] Tradução livre.

a partir de onde ela poderia estender seus "domínios" para o Oriente. Ocorre que o silêncio do papado não permite uma tal interpretação e, portanto, mais recentemente, tem-se reconhecido que não havia nenhuma pretensão da Igreja em tornar a Cidade Santa em um protetorado seu. O segundo patriarca de Jerusalém, Daimbert, tentará, tanto na época da Proteção de Godofredo quanto no reino de Balduíno, fazer com que a cidade fosse concedida ao patriarcado, tendo o Protetor (ou o rei, se viesse a ser o caso) que prestar sermão ao patriarca, senhor soberano de Jerusalém. Entretanto, essas intenções e tentativas não tinham nenhuma ligação com Roma, nem com o papado, sendo exclusivamente interesses pessoais de Daimbert.

Pode-se perceber, portanto, e Demurger insiste nisso, que há uma diferença entre Protetor do Santo Sepulcro, o que era Godofredo, e rei de Jerusalém, o que era Balduíno. Essa diferença estava inscrita nas tumbas desses dois barões francos na antiga igreja do Santo Sepulcro, de acordo com a nota de Chateaubriand, na qual Godofredo é designado *dux*. Contudo, Guilherme de Tyr nos conta que "depois de sua promoção, sua humildade o levou a não querer ser distinguido na cidade santa por uma coroa de ouro (...), contentou-se, com piedoso respeito, com aquela de espinhos (...)"[12] (REGNIER-BOHLER, 1997). Georges Bourdoneuve partilha essa opinião e, por isso, começa a tratar o Reino de Jerusalém a partir de Balduíno I, e ele não é o único. "Tanto é verdade que o verdadeiro fundador da monarquia de Jerusalém foi Balduíno"[13] (BOURDONOVE, 2002). Grousset faz parecido, e diz ainda que a época de Godofredo foi um período de *tâtonnement*, seguido pela real instituição da monarquia no Reino de Jerusalém, que será feita por seu irmão. A Proteção do Santo Sepulcro era, na realidade, uma outra categoria, exclusivamente militar, diferente, pois, da monarquia. Mas essa noção nem sempre existiu. Dodu, de maneira menos explícita, atesta Godofredo como rei. Em seu livro *História das instituições monárquicas no Reino de Jerusalém – 1099-1201*, um dos poucos sobre assunto, analisando o direito de sucessão a partir dos Assises de Jerusalém, afirma:

[12] Tradução livre.

[13] Tradução livre.

> *A lista dos sete primeiros reis de Jerusalém dada pelo jurisconsulto (...) mostra que em geral a coroa não saía de uma mesma família. Assim a Godofredo sucede seu irmão Balduíno I; a Balduíno I, seu parente Balduíno II do Burgo; a esse último seu genro Foulque; e Foulque transmite seu poder a seu filho Balduíno III como Balduíno III a seu irmão Amaury e este a seu filho Balduíno IV.*[14] *(DODU, 1894)*

Não é necessário ir além para entendermos que também o Reino de Jerusalém está rodeado de debates historiográficos, onde se tem, inclusive, dificuldade a se precisar a gênese desse Estado, de suas instituições e de seus direitos, uma vez em que ainda se debate sobre sua natureza jurídico-espiritual. Sua constituição, do ponto de vista jurídico, é muito pouco estudada, e o trabalho de Dodu, do fim do século XIX é um dos muito raros que encontramos nas bibliotecas. Os assises de Jerusalém é a mais importante fonte legislativa do reino, e lá encontramos divergências em relação às crônicas, frequentemente pouco precisas a esse respeito. É unânime, como acabamos de ver a partir de Demurger, que não se tinha nenhum projeto definido antes da cruzada para os territórios conquistados. Nesse momento, enxerga-se uma nova realidade, um Estado novo, portanto sem costumes, portanto sem direito. A decisão de consultar a Santa Sé, a quem talvez esse novo Estado seria ligado, segundo uma certa corrente historiográfica, era prudente, mas uma decisão teve de ser tomada: Godofredo foi eleito chefe de Jerusalém, independentemente da eleição do patriarca. Ora, sem instruções de Roma e sem patriarca, esse novo Estado estava muito distante de qualquer pretensão eclesiástica. Para alguns historiadores, Godofredo, *Advocatus*, já era o primeiro rei; para outros, a monarquia começou com Balduíno I, *rex*.

Roma fica um bom tempo sem representante forte de seus interesses no Oriente, desde a morte do legado papal Ademar de Monteil. Essa ausência de liderança religiosa enfraqueceu os objetivos do papado, quaisquer que fossem eles, deixando aos barões a oportunidade de se organizarem a seu grado. A chegada do bispo de Pisa, Daimbert, em 1099, ao Oriente estabelece uma disputa forte entre o patriarcado e os barões, quando se instala o debate sobre a natureza religiosa ou laica do reino. Repetimos: o interesse de

[14] Tradução livre.

que Jerusalém fosse entregue às mãos da igreja do Santo Sepulcro não partiu de Roma, sendo exclusivo do patriarca Daimbert. Apesar de todos os seus esforços, Balduíno se impõe, e as estruturas políticas francas transplantadas para o Oriente se reafirmam. Na ausência de projetos para as terras conquistadas, a Santa Sé está sem representante digno, e os barões elegem um chefe. Esse espaço, de aproximadamente cinco meses, de acordo com Guilherme de Tyr, já foi suficiente para que se estabelecesse na região uma política franca, contra a qual Daimbert não teve forças para lutar, sobretudo durante o reinado de Balduíno.

De outro lado, as discussões sobre o reino de Jerusalém não estão muito distantes daquelas sobre as Cruzadas, mas deve-se sempre prestar atenção na falta de um projeto inicial para Jerusalém ou para as terras conquistadas antes de elas serem tomadas. Isso é, com efeito, uma observação importante que a historiografia tradicional esquecia, com seus argumentos de que a Cristandade queria expandir-se a partir das Cruzadas, ou combater com o Islã, ou mesmo que o papado queria estender seu cetro político até o Oriente. Todos os que defendem a ideia de que havia um projeto a longo prazo para as cruzadas devem notar que um tal projeto não existia, e que as terras conquistadas, precisamente por isso, foram tomadas pelos barões chefes da primeira Cruzada. A espera por uma decisão de Roma era prudente, mas tardia, e o reino de Jerusalém tornou-se um reino cristão no Oriente, isolado com os demais Estados latinos da região. Sua queda definitiva, em 1291, é o resultado.

Conclusão

A partir dessa rápida análise sobre os debates em torno das cruzadas de do reino de Jerusalém, pode-se compreender que esse assunto está no centro do campo de guerra entre dois grandes momentos da historiografia da Idade Média: entre a Idade das trevas da Humanidade para o Renascimento e a idade de ouro do Cristianismo para o Romantismo. Todo esse debate, como já dito, acolhe em seu interior uma reflexão religiosa, que, por conseguinte, leva a discussões bastante heterogêneas.

Compreender, então, a importância dessa historiografia é compreender o desenvolvimento do pensamento social ao longo do tempo e também entender o papel da religião nas sociedades, seja como fé, seja como instrumento de elucidação de conhecimentos. Toda essa diversidade de proposições termina na formulação de hipóteses divergentes, complementares ou simplesmente diferentes. É por isso, e eis uma das maiores dificuldade de um estudo desse gênero, que é necessário, logo de início, considerar, e tomar uma posição intelectual nesse sentido, o elemento religioso em suas duas faces. A historiografia nos mostra que a religião é a chave de abóbada de todos esses debates, pois por ela pode-se considerar o reino de Jerusalém uma solução econômica e política lúcida a uma louca e idólatra empresa que foi a Cruzada, ou a fortificação de uma fé piedosa em Cristo que justificava a existência dessas pessoas. É por isso que o reino individualmente não é tão estudado e também a razão pela qual Prawer diz fazer um estudo de um Estado. Mas isso é não é viável, e ele não consegue resistir a começar seu trabalho por uma revisão da Cruzada. Na realidade, o início da história do Reino de Jerusalém não é dissociável da história da primeira Cruzada. Ademais, inversamente, o início da história do Estado hierosomilitano nos permite melhor compreender a história dessa peregrinação armada.

Dodu é um dos poucos a realizar um estudo institucional e jurídico do reino, precisamente porque ele ainda não é considerado um objeto de estudo em si. Na maior parte dos casos, ele continua um apêndice da primeira cruzada, e frequentemente os livros são intitulados "As cruzadas e o Reino de Jerusalém", até porque todas as demais cruzadas giraram em torno do reino. Na realidade, elas estão mais profundamente ligadas a esse Estado do que a primeira. É bem verdade também que atualmente novos ensaios, monografias e pesquisas têm se dedicado a ele como a qualquer outro Estado. Contudo, isso é um movimento relativamente recente, que aconteceu também em função do advento (ou renascimento) da história das instituições e do direito, dentro da perspectiva da nova história política. E ainda há espaço, e necessidade, para mais trabalhos nesse sentido, não só do reino de Jerusalém, como também de todo o Oriente latino. Ainda estamos muito habituados a nos satisfazermos com a idéia simplista de que todas as relações políticas, sociais, administrativas são as mesmas do Ocidente, e que lá se estabeleceu plenamente o sistema feudal franco, sem que se preocupe com as especificidades do reino de Jerusalém. As obras aqui citadas, de Cahen, Prawer e

Richard, por exemplo, são trabalhos de aprofundamento nessas relações, que consideram o reino de Jerusalém um Estado autônomo.

A historiografia das cruzadas e do reino de Jerusalém nos mostra como já se pensou esses dois temas a partir do olhar de cada época e dos fundamentos teóricos de cada historiador. Tudo isso enriquece novas perspectivas e nos leva a fazer alguns questionamentos nos quais a historiografia tradicional não se interessava.

Bibliografia

BORDONOVE, Georges. *Les croisades et le Royaume de Jérusalem*. Paris : Pigmalyon, 2002.

BREHIER, Louis. *Histoire anonyme de la première croisade*. Paris : Société d'édition « Les belles lettres », 1964.

CAHEN, Claude. *Orient et Occident au temps de Croisades*. Paris : Aubier, 1983.

DEMURGER, Alain. *La croisade au Moyen Age.* Paris : Nathan, 1998.

DODU, Gaston. *Histoire des institutions monarchistes dans le Royaume de Jérusalem – 1099-1291*. Paris : Hachette, 1894.

FLORI, Jean. *La première croisade – L'Occident chrétien contre l'Islam*. Éditions Complexe, 2001.

GROUSSET, René. *Histoire des croisades et du Royaume Franc de Jérusalem*. Paris : Perrin, 2006.

HEERS, Jacques. *Libérer Jérusalem – La première croisade – 1095-1107*. Paris : Perrin, 1995.

HERBIN, Jean-Charles ; GROSSEL, Marie-Geneviève. *Croisades ? – Approches littéraires, historiques et philosophiques*. Valenciennes : Presses Universitaires Valenciennes, 2009.

MAYER, Hans Eberhart. *The crusades*. Traduzido do alemão por John GILLINGHAM. Oxford : Oxford University Press, 1972.

PRAWER, Joshua. *Histoire du Royaume de Jérusalem*. Paris : CNRS Éditions, 2007.

REGNIER-BOHLER, Danielle. *Croisades et pelerinages – Récits, chroniques et voyages en Terre Sainte, XVIIe-XVIe siecle*. Paris: Editions Robert Laffont, 1997.

RICHARD, Jean. *Histoire des croisades*. Fayard : 1996.